

Quadro anexo

Unidade orgânica	Estrutura anterior	Nova estrutura	Titular
Direcção de Serviços de Contas do Tesouro (DSCT).	Núcleo de Contas do Tesouro (NCT).	Divisão de Contas do Tesouro (DCT).	Licenciada Carla Isabel Rebelo Rosado Mourinho da Silva.
Direcção de Serviços de Contabilidade e Controlo (DSCC).	Núcleo de Operações Contabilísticas (NOC).	Divisão de Operações Contabilísticas (DOC).	Licenciada Edite Maria da Silva Alves Gonçalves.
Direcção de Serviços de Participações do Estado (DSPE).	Núcleo do Património Empresarial (NPE).	Divisão do Património Empresarial (DPE).	Licenciada Maria Isabel Louro Caria Alcobia.
Direcção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF).	Núcleo de Garantias e Empréstimos (NGE).	Divisão de Garantias e Empréstimos (DGE).	Mestre Teresa Isabel Carvalho Costa.
	Núcleo de Bonificações e Incentivos (NBI).	Divisão de Bonificações e Incentivos (DBI).	Licenciada Leonor do Carmo Gaspar António de Jesus.
Direcção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF).	Núcleo de Gestão de Créditos (NGC).	Divisão de Gestão de Créditos (DGC).	Licenciada Maria Teresa Figueiredo Ferreira Alves Carvalho.
	Núcleo de Recuperações Créditos (NRC).	Divisão de Recuperações Créditos (DRC).	Licenciado Dino Jorge Ramos dos Santos.
Direcção de Serviços de Gestão de Recursos (DSGR).	Núcleo de Expediente e Arquivo (NEA).	Divisão de Expediente e Arquivo (DEA).	Licenciada Lúcia da Conceição Jardim Trindade Martins da Palma.
Direcção de Serviços de Sistemas de Informação (DSSI).	Núcleo de Redes e Sistemas (NRS).	Divisão de Redes e Sistemas (DRS).	Licenciado Jorge Cláudio Salvador Neves.
	Núcleo de Infocentro (NIC).	Divisão de Infocentro (DI).	Licenciado Álvaro Manuel Ferreira de Carvalho.

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Despacho n.º 16 321/2007

1 — No âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, o Decreto Regulamentar n.º 19/2007, de 29 de Março, procedeu à concretização da criação do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças e da Administração Pública, criado pelo artigo 11.º e pela alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro.

2 — A Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março, definiu as unidades orgânicas nucleares do GPEARI, bem como as respectivas competências.

3 — O artigo 6.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março, fixou em oito o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis do GPEARI.

4 — Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, as unidades orgânicas flexíveis são criadas por despacho do dirigente máximo do serviço que definirá as respectivas competências, pelo que são criadas no GPEARI:

a) Na Unidade de Política Económica:

i) A Divisão de Modelização e Previsão, com as competências previstas nas alíneas a), b), d) e f) do artigo 2.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março;

ii) A Divisão de Finanças Públicas, com as competências previstas nas alíneas h), i) e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março;

iii) A Divisão de Políticas Europeias, com as competências previstas nas alíneas c), e) e g) do artigo 2.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março;

iv) A Divisão de Mercados e Serviços, com as competências previstas nas alíneas l), m), n), o), p), q) e r) do artigo 2.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março;

b) Na Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições:

i) A Divisão de Relações Bilaterais, com as competências previstas nas alíneas a), c) e f) do n.º 1, no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março, e, em coordenação com a Divisão de Relações Multilaterais, as competências previstas nas alíneas b), d), e), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º da mesma portaria;

ii) A Divisão de Relações Multilaterais, com as competências previstas no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 343/2007, de 30 de Março, e, em coordenação com a Divisão de Relações Bilaterais, as competências previstas nas alíneas b), d), e), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º da mesma portaria.

5 — O presente despacho produz efeitos à data de 16 de Maio de 2007.

28 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Nuno Sousa Pereira*.

Serviços Sociais da Administração Pública

Despacho n.º 16 322/2007

É aditado ao despacho n.º 11 969/2007, de 4 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de Junho de 2007, o seguinte parágrafo:

«A nomeada pode optar pelo vencimento base da sua categoria de origem nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004,